

Lajeado Energia S.A.

CNPJ/MF nº 03.460.864/0001-84



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)											
	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO						PASSIVO					
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	185.371	93.910	443.373	349.654	Fornecedores	19	22.253	28.166	12.733	20.146
Títulos a receber	6	707	736			Debêntures	20	154.339	5.228	154.339	5.228
Concessionárias	5	75.864	74.115	76.793	75.232	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	21			10.393	10.879
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	8	3.167	424	6.141	424	Imposto de renda e Contribuição social a recolher	8	128.096	105.149	128.096	110.780
Outros tributos compensáveis	8	8.617	7.724	18.296	9.985	Outros tributos a recolher	8	13.309	12.665	24.162	24.460
Dividendos a receber	11	27.840	29.128			Dividendos	11	227.830	202.803	240.944	216.389
Estoques	14			8.275	7.782	Benefícios pós-emprego	22			60	44
Prêmio de risco - GSF	13	2.702	2.702	2.750	2.750	Uso do bem público	23			8.003	8.224
Rendas a receber	7			3.402	5.217	Provisões	24			5.411	6.434
Outros créditos	15	3.637	48	4.466	983	Outras contas a pagar	15	5.954	4.866	9.475	8.203
Total do Ativo Circulante		307.905	208.787	563.496	452.027	Total do Passivo Circulante		551.781	358.877	593.616	410.787
Não circulante						Não circulante					
Títulos a receber	6	7.677	8.140			Debêntures	20	199.710	349.210	199.710	349.210
Prêmio de risco - GSF	13	11.481	14.183	11.685	14.435	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	21			86.852	92.078
Outros créditos	15	686	260	2.972	2.338	PIS e COFINS diferidos	9	1		26	19
		19.844	22.583	14.657	16.773	Imposto de renda e Contribuição social diferidos	9	25.261	28.597	51.352	44.549
Investimentos	16	966.933	994.132			Benefícios pós-emprego				1.227	1.121
Imobilizado	17	689	761	921.361	954.061	Uso do bem público	23			62.887	68.578
Intangível	18	187.469	203.175	483.841	517.237	Provisões	24	1.519	479	19.924	18.783
		1.155.091	1.198.068	1.405.202	1.471.298	Outras contas a pagar	15	664	1.226	1.838	2.468
Total do Ativo Não circulante		1.174.935	1.220.651	1.419.859	1.488.071	Total do Passivo Não circulante		227.155	379.512	423.816	576.806
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	25.1	6.868	6.868	6.868	6.868
						Reservas de capital	25.3	579.203	579.203	579.203	579.203
						Reservas de lucros	25.3	117.335	104.508	117.335	104.508
						Outros resultados abrangentes		498	470	498	470
						Total do Patrimônio líquido		703.904	691.049	703.904	691.049
						Participações não controladores				262.019	261.456
						Total do Patrimônio líquido e Participações dos acionistas não controladores		703.904	691.049	965.923	952.505
TOTAL DO ATIVO		1.482.840	1.429.438	1.983.355	1.940.098	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.482.840	1.429.438	1.983.355	1.940.098
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.											

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2023	2022	2023	2022
Receitas	26	747.889	749.958	808.943	817.325
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	27				
Custo do serviço de energia elétrica		(91.331)	(134.322)	(92.386)	(131.932)
Custo de operação		(135.645)	(154.598)	(63.730)	(64.533)
		(226.976)	(288.920)	(156.116)	(196.465)
Lucro bruto		520.913	461.038	652.827	620.860
Despesas e Receitas operacionais	27				
Despesas gerais e administrativas		(49.279)	(47.959)	(59.163)	(58.255)
Outras despesas e receitas operacionais		(1.356)	(3)	(4.214)	(33)
		(50.635)	(47.962)	(63.377)	(58.288)
Resultado das participações societárias	16	66.584	80.560		
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		536.862	493.636	589.450	562.572
Resultado Financeiro	28				
Receitas financeiras		16.599	11.613	47.943	33.003
Despesas financeiras		(49.599)	(59.987)	(74.002)	(89.390)
		(33.000)	(48.374)	(26.059)	(56.387)
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		503.862	445.262	563.391	506.185
Tributos sobre o lucro	29				
Imposto de renda e contribuição social correntes		(158.308)	(134.653)	(183.092)	(167.903)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		3.336	217	(6.782)	2.340
		(154.972)	(134.436)	(189.874)	(165.563)
Lucro líquido do exercício		348.890	310.826	373.517	340.622
Atribuível aos acionistas controladores		348.890	310.826	348.890	310.826
Atribuível aos acionistas não controladores				24.627	29.796
Resultado por ação atribuível aos acionistas	30				
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)					
ON		1,43971	1,28264	1,43971	1,28264
PNA		2,12498	1,89315	2,12498	1,89315
PNB		1,43971	1,28264	1,43971	1,28264

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)					
	Controladora		Consolidado		
	2023	2022	2023	2022	
Resultado líquido do exercício	348.890	310.826	373.517	340.622	
Outros resultados abrangentes					
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado					
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego			59	347	
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias	28	167			
Imposto de renda e contribuição social diferidos			(21)	(118)	
	28	167	38	229	
Resultado abrangente do exercício	348.918	310.993	373.555	340.851	
Atribuível aos acionistas controladores	348.918	310.993	348.918	310.993	
Atribuível aos acionistas não controladores			24.637	29.858	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)					
	Controladora		Consolidado		
	2023	2022	2023	2022	
Geração do valor adicionado	851.127	854.875	925.672	936.642	
Receita operacional	850.830	854.843	918.493	929.459	
Receita relativa à construção de ativos próprios	238	32	7.112	7.165	
Outras receitas	59		67	18	
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(106.972)	(152.094)	(134.362)	(171.668)	
Custos da energia comprada	(28.839)	(83.379)	(29.007)	(80.185)	
Encargos de uso da rede elétrica	(71.774)	(64.604)	(72.767)	(65.497)	
Materiais	22	(13)	(5.218)	(3.581)	
Serviços de terceiros	(2.059)	(1.230)	(18.677)	(16.835)	
Outros custos operacionais	(4.322)	(2.868)	(8.693)	(5.570)	
Valor adicionado bruto	744.155	702.781	791.310	764.974	
Retenções					
Depreciações e amortizações	(44.738)	(44.735)	(85.427)	(86.213)	
Valor adicionado líquido produzido	699.417	658.046	705.883	678.761	
Valor adicionado recebido em transferência					
Receitas financeiras	20.688	15.545	53.903	38.042	
Resultado da equivalência patrimonial	66.584	80.560			
Valor adicionado total a distribuir	786.689	754.151	759.786	716.803	
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta	2.137	1.990	15.305	14.866	
Benefícios	533	413	3.498	3.194	
FGTS	109	92	1.202	1.031	
Impostos, taxas e contribuições					
Federais	236.509	211.550	291.404	266.977	
Estaduais	1	2	496	412	
Municipais			113	79	
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros	49.599	59.987	74.002	89.390	
Aluguéis	148.911	169.291	249	232	
Remuneração de capital próprio					
Juros sobre capital próprio	33.985	32.583	33.985	32.583	
Participações dos não controladores			24.627	29.796	
Dividendos	115.963	144.025	115.963	144.025	
Partes beneficiárias	34.889	31.082	34.889	31.082	
	622.636	651.015	595.733	613.667	
Lucros retidos	164.053	103.136	164.053	103.136	
	786.689	754.151	759.786	716.803	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Lajeado Energia S.A. (Companhia, Lajeado ou Controladora), sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de São Paulo - SP, controlada da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), tem como principal objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza, preparação de estudos de viabilidade e projetos, promoção da construção, da operação e da manutenção de usinas de geração. A Companhia poderá, ainda, participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

A Companhia detém 73% do capital votante e 62,39% do capital total da Investco S.A. (Investco ou controlada), sociedade anônima de capital aberto que tem como objeto principal, a elaboração de estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizada nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

1.1 Concessão

A Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre a Companhia, titular de 72,27%, CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Investco, titular de 1%. Portanto as referidas empresas, em conjunto, são as concessionárias da UHE Lajeado, formando o Consórcio Usina Lajeado. O Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado tem prazo de 35 anos contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2035, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5MWm, representando uma potência total instalada de 902,5MWm, uma potência assegurada de 823,3MWm e uma garantia física de 479,9MWm (Nota 3.1).

Em 28 de julho de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 12.255/2022 alterando o término da vigência da outorga de concessão da UHE Lajeado de 15 de janeiro de 2033 para 22 de setembro de 2035 que representa um acréscimo de 980 dias.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.

Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48MW e 2.877.660MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviço público de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais têm compromissos.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado entre as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 6), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Como a Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, a Companhia e as demais consorciadas são responsáveis pelo pagamento do arrendamento para a Investco. O contrato de concessão não está no alcance do CPC 06 (R2) e segue avaliado como um arrendamento operacional, uma vez que os bens serão revertidos para a União quando do término do Contrato de concessão.

1.1.1 Uso do bem público

A Investco, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondentes a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato, atualizado em 31 de dezembro de 2023 de R\$8.233, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2023, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$70.890 (R\$76.802 em 31 de dezembro de 2022). Em caso de falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e da controlada em continuar operando normalmente e está convencida de que ambas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia e de sua controlada não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre suas capacidades de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstração financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 26 de fevereiro de 2024. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 31.1.1; e (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do superávit atuarial.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e de sua controlada se baseia em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercício subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprevisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e sua controlada revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.8.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras individuais e consolidadas nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 5); Determinação da receita com arrendamento (Notas 7e 26); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.8); Arrendamentos e Aluguéis; Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 17 e 18); Provisões fiscais e cíveis (Nota 24.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 24.2) e Mensuração da valor justo de instrumentos financeiros (Nota 31.1.2.1).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de sua controlada, que operam no Brasil, é o Real e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Demonstrações Financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia e sua controlada (Nota 16).

A Companhia controlada a Investco e efetua a consolidação integral de suas demonstrações financeiras individuais.

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre a Companhia e sua controlada.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora na sua controlada direta;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e a sua controlada;
- As datas das demonstrações financeiras da controlada utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação coincidem com as da Companhia; e
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados.

2.7 Informações por segmento

A Companhia administra os seus negócios como um único segmento operacional, composto pela atividade de geração e comercialização da energia elétrica gerada pela UHE Lajeado por meio de contratos de médio e longo prazo e também junto à CCEE. Tal segmento concentrou em 2023 89% (89% em 2022) da receita operacional bruta consolidada.

2.8 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia e de sua controlada revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis exceto para Concessionárias (Nota 5). São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no exercício citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável.

2.9 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

2.9.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/ Demonstrações Contábeis	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes; (ii)Adiamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v)Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7 e IAS 26	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 28 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), <i>Amendments</i> to IFRS 17 (2020) e <i>Initial Application</i> of IFRS 17 e IFRS 9 - <i>Comparative Information</i> (2021).	IAS 38/ IAS 7/ IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 1/ IAS 32/ IFRS 7/ IFRS 17 e IFRS 9	Pronunciamento	01/01/2023

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 22: CPC 15 (R1), CPC 27, CPC 20 (R1) e CPC 41	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência da revogação do CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.	IAS 7/ IAS 16/ IAS 23/ IAS 33	Pronunciamento	04/08/2023
OCP 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros para Fins Gerais	As alterações trazem apenas ajustes de redação e de referências em razão de atualizações ocorridas em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC que têm correspondência com as normas emitidas pelo IASB, não contemplando qualquer alteração de mérito na norma original.	N/A	Orientação	04/08/2023
Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32, CPC 40 (R1)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores.	IAS 7/ IAS 12/ IFRS 7	Pronunciamento	01/12/2023
Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante; Passivos Não Circulantes com <i>Covenants</i> e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retroarrendamento (<i>sale and leaseback</i>).	IAS 1/ IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2024
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025

2.9.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas / CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto	IFRS 10 / IAS 28	Pronunciamento	Indetermina-do

Em relação ao normativo em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia e sua controlada estão acompanhando as discussões e até o momento não identificaram a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3	Eventos significativos no período	3.1 Medidas da ANEEL para regulação de contratação de energia	Descrição	Status
Portaria Normativa nº 709 de 30 de novembro de 2022	Em 02 de dezembro de 2022 o MME publicou a Portaria Normativa nº 709, de 30 de novembro de 2022, aprovando a metodologia, os critérios, as premissas e as configurações que constam no Relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN", de 22 de novembro de 2022, atualizado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE e pelo Ministério de Minas e Energia.			A partir de 1º de janeiro de 2023, o Consórcio está em conformidade com a nova garantia física, que passou de 505,1MWm para 479,9MWm.
REN nº 1.063 de 10 de maio de 2023	Em 10 de maio de 2023 foi publicada a REN nº 1.063, alterando a REN nº 846, de 11 de junho de 2019, com vistas a estabelecer procedimentos e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia associados à segurança de barragens de usinas hidrelétricas fiscalizadas pela ANEEL, de acordo com o que determina a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.			A Companhia está cumprindo as exigências estabelecidas quanto a segurança de barragens, caso a Companhia não atenda, poderá sofrer penalidades que podem chegar a 2% da sua receita.
Despacho nº 4.832 de 15 de dezembro de 2023	Em 15 de dezembro de 2023 foi publicado Despacho nº 4.832/2023, anuindo previamente ao pedido para celebração de Contratos de Compra e Venda de Ativos entre a Controlada Investco, Vendedora, e suas Partes Relacionadas EDP Transmissão SP-MG e EDP Transmissão Aliança, Compradoras, conforme proposta apresentada.			A controlada Investco está aguardando anuência da ANEEL para alienação de quatorze Torres de Emergência Triangulares - TET, através da celebração dos contratos de compra e venda de ativos.

3.2 Ações preferenciais resgatáveis

Com a assinatura do Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 005/1997-ANEEL, que tem por objetivo formalizar a extensão do prazo de vigência da outorga da UHE Lajeado, nos termos da Resolução Autorizativa nº 12.255, de 5 de julho de 2022, e da Resolução Homologatória nº 2.932, de 14 de setembro de 2021, os acionistas, que são detentores das Ações preferencias resgatáveis de classes "A", "B" e "C" passam a ter direito a mais 32 parcelas de Juros (Nota 21), o que, consequentemente, a liquidação do Capital Social Investco S.A. será no final do novo prazo de concessão, conforme nota 1.1.

Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	1.124	1.613	2.741	23.547
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	184.247	92.297	440.632	326.107
Total	185.371	93.910	443.373	349.654

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Os investimentos financeiros da Companhia e de sua controlada estão remunerados a taxas que variam entre 98,00% e 103,25% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia e de sua controlada a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 31.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de caixa da Companhia e de sua controlada são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

Concessionárias		Controladora		Consolidado	
		Circulante		Circulante	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias					
Suprimento de energia elétrica		71.757	70.413	72.584	71.338
Energia de curto prazo		268	304	286	417
Encargos de uso da rede elétrica		3.709	3.366	3.793	3.445
Outros créditos		130	32	130	32
Total		75.864	74.115	76.793	75.232
Os saldos são totalmente vindencios e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e da controlada.					
Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.					
A Companhia e sua controlada avaliaram seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia e sua controlada não identificaram a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que se mostram imateriais e controláveis.					
A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de crédito está divulgada na nota 31.2.5.					

Títulos a receber		Controladora				
		Circulante		Não circulante		
		Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ações preferenciais das classes "A", "B" e "C"		6.1	707	736	17.252	16.740
(-) AVP - Ações preferenciais das classes "A", "B" e "C"					(9.575)	(8.600)
Total			707	736	7.677	8.140

6.1 Ações preferenciais das classes resgatáveis "A", "B" e "C"

Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Investco no montante original de R\$12.779, onde, de acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Investco, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social (Nota 21.1).

Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos.

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$8.384 (R\$8.876 em 31 de dezembro de 2022) contempla o montante original e os juros até 2035 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Investco na data de avaliação das ações.

Devido às suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro receável por satisfazerem a definição de ativo financeiro, pelo fato da Investco não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para a Companhia, conforme determina o item 19 do CPC 39.

Rendas a receber		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022
Paulista Lajeado			1.352
CEB Lajeado		3.402	3.865
		3.402	5.217

Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001 e aditado em 23 de junho de 2009, no qual a Investco arrendou às demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Companhia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado), frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Investco, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Nota 1.1).

Este arrendamento é contabilizado mensalmente como arrendamento operacional, de acordo com o CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento, pois a operação da usina é de responsabilidade da Investco, não havendo transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários. Os saldos são todos vindencios e estão apresentados ao custo amortizado.

O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Investco receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% a.a. corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo são projetados. Decorrido o exercício, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente, e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.

A variação no exercício da rubrica de Rendas a receber, em contrapartida da receita de Arrendamentos e aluguéis (Nota 26), é decorrente, substancialmente, da combinação de três fatores: (i) efeito do IPCA realizado em relação ao projetado de 3,66 p.p. para o exercício de 2023; (ii) aumento do IPCA projetado para o exercício de 2023 em relação ao exercício anterior de 0,88 p.p.; e (iii) menor coeficiente de ajuste do contrato de arrendamento entre os exercícios.

8	Impostos e contribuições sociais	Controladora	Saldo em	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Transferência	Saldo em
			31/12/2023					31/12/2023
	Ativos compensáveis							
	Imposto de renda e contribuição social a compensar	8.1	424		321	25.662	(23.240)	3.167
	Total Circulante		424	-	321	25.662	(23.240)	3.167
	Outros tributos compensáveis							
	ICMS		-	5		(5)		-
	PIS e COFINS		166	24.248	142		(23.329)	1.227
	IRRF sobre aplicações financeiras		2.263	2.664			(2.600)	2.327
	IRRF sobre juros s/ capital próprio		5.270	5.038			(5.270)	5.038
	Outros		25					25
	Total Circulante		7.724	31.955	142	(5)	(31.199)	8.617
	Passivos a recolher							
	Imposto de renda e contribuição social a recolher		105.149	158.308		(104.251)	(31.110)	128.096
	Total Circulante		105.149	158.308	-	(104.251)	(31.110)	128.096
	Outros tributos a recolher							
	ICMS			5	39		(44)	-
	PIS e COFINS		7.718	82.723		(58.930)	(23.329)	8.182
	Tributos sobre serviços prestados por terceiros		41	267		(292)		16
	IRRF sobre juros s/ capital próprio	8.2	4.887	5.097		(4.887)		5.097
	Encargos com pessoal		14	88		(88)		14
	Total Circulante		12.665	88.214	-	(64.241)	(23.329)	13.309



NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado					
	31/12/2022	Dividendos	Adicionais	JSCP	Partes beneficiárias	31/12/2023
Passivo						
EDP - Energias do Brasil	47.392	39.643	96.136	13.553		53.196
CEB Lajeado	7.980		8.859	7.627		7.627
Paulista Lajeado Energia	2.794		3.100	2.670		5.894
Eletrobras	151.960	121.524		14.349	34.889	170.762
Acionistas não controladores (*)	2.812			5		2.817
Governo do Tocantins	3.451	2.886	7.000	986		(10.451)
	216.389	164.053	115.095	39.190	34.889	(328.672)
						240.944

(*) O saldo de Acionistas não controladores em 31 de dezembro de 2023 de R\$2.817 (R\$2.812 em 31 de dezembro de 2022) refere-se aos montantes os quais a instituição financeira responsável pelas distribuições (agente custodiante) não identificou dados cadastrais de conta corrente válidos para efetuar o devido pagamento. Conforme o disposto no Artigo 287, inciso II, da Lei nº 6.404/76, consideram-se prescritos em três anos os dividendos não pagos contado o prazo da data em que tenham sido postos à disposição do acionista.

12 Cautões e depósitos vinculados

	Controlada					
	Nota	31/12/2022	Adição	Atualização	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos judiciais	24	257	301	15	573	1.807
Total Não Circulante		257	301	15	573	1.807

13 Prêmio de risco - GSF

Devido a adesão da repactuação do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde 92% da exposição ao *Generation Scaling Factor* - GSF é protegida, o saldo do Ativo circulante e Não circulante na Companhia de R\$14.183 (R\$16.885 em 31 de dezembro de 2022) e no Consolidado de R\$14.435 (R\$17.185 em 31 de dezembro de 2022), referem-se aos prêmios equivalentes aos montantes pagos de GSF nas competências de janeiro a dezembro de 2015, amortizável linearmente no período de janeiro de 2015 a março de 2029, de acordo com os Despachos nº 4.130 e 4.133 de 23 de dezembro de 2015. No exercício foram amortizados os montantes na Companhia de R\$2.702 (R\$2.702 em 2022) e no Consolidado de R\$2.750 (R\$2.750 em 2022).

14 Estoques

A totalidade do saldo dos estoques em 31 de dezembro de 2023 de R\$8.275 (R\$7.782 em 31 de dezembro de 2022) refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da UHE Lajeado. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão estão classificados no Imobilizado (Nota 17) pelo montante, em 31 de dezembro de 2023, de R\$991 (R\$922 em 31 de dezembro de 2022). Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

15 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Controladora				Consolidado			
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Outros créditos - Ativo								
Serviços em curso								
Depósitos judiciais								
Outros								
Total								
Outras contas a pagar - Passivo								
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas								
Arrendamentos e alugueis								
Obrigações Sociais e Trabalhistas								
Encargos Setoriais								
Outros								
Total								

15.1 Encargos setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2022	Adição	Atualização Monetária	Saldo em 31/12/2023
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	15.2	895	7.203	4.535
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		3.522	14.874	(16.161)
Outros encargos		188	2.506	(2.486)
Total Circulante		4.605	24.583	(319)

15.2 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Refere-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica (Nota 1.1.2). A Companhia e sua controlada têm a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 897/20. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes à esses programas.

De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, geridos pela controlada, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025, 30% serão destinados a Conta de desenvolvimento energético - CDE.

16 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Controladora, o investimento na Investco, na qual a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação de 73% dos direitos a voto (capital votante), é avaliado por equivalência patrimonial. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. A consolidação cessará a partir da data em que a Companhia não mais obtiver o controle da investida.

16.1 Movimentação dos investimentos no exercício

	Controladora				% Participação direta			
	Saldo em 31/12/2022	Amortizações	Equivalência patrimonial	Dividendos / JSCP	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Investimentos								
Investco	706.897		66.584	(65.089)	28	708.420	73	73
Direito de Concessão	16.1.1	287.235	(28.722)			258.513		
Total	994.132	(28.722)	66.584	(65.089)	28	966.933		

16.1.1 Direito de Concessão

Refere-se à parcela cindida do ágio incorporado decorrente da aquisição de ações, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e ICPC 09 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da Investco.

O ágio é baseado em rentabilidade futura, suportado por laudo de avaliação econômico-financeiro emitido por avaliador independente e está sendo amortizado linearmente, até dezembro de 2032, não gerando benefícios fiscais para a Companhia.

Para fins de consolidação, o Direito de Concessão é classificado como Intangível (Nota 18).

16.2 Participação direta do investimento

	Investco			
	31/12/2023	31/12/2022		
Ações / Quotas possuídas pela Companhia (Mil)				
Ordinárias	293.608	293.608		
Preferenciais	197.007	197.007		
% de participação da Companhia				
Capital social integralizado	62,39	62,39		
Capital votante	73,00	73,00		
Ativos totais	1.257.578	1.269.669		
Passivos (Circulantes e Não circulantes)	287.137	301.314		
Patrimônio líquido	970.441	968.355		
Receitas	196.280	220.982		
Resultado líquido do exercício	91.211	110.356		
16.3 Reconciliação das demonstrações financeiras do Investimento				
Patrimônio líquido - Saldo inicial	968.354	912.677		
Distribuição de dividendos aos acionistas	(89.163)	(54.907)		
Lucro líquido do exercício	91.211	110.356		
Outros resultados abrangentes	38	229		
Patrimônio líquido - Saldo final	970.440	968.355		
Percentual de participação societária - %	73%	73%		
Participação nos investimentos	708.420	706.898		
Direito de concessão	258.513	287.235		
Saldo contábil do investimento na Controladora	966.933	994.133		

17 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e em condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria.

17.1 Composição do Imobilizado

	Controladora				Consolidado			
	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2023	Custo acumulado	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2022	Custo acumulado	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Administração								
Móveis e utensílios								
Total do Imobilizado em serviço								
Ativos de direito de uso (Nota 17.1.1)								
Edificações, obras civis e benfeitorias								
Total Ativos de direito de uso								
Total do Imobilizado								

	Controladora				Consolidado			
	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2023	Custo acumulado	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2022	Custo acumulado	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos								
Reservatórios, barragens e adutoras								
Edificações, obras civis e benfeitorias								
Máquinas e equipamentos								
Veículos								
Móveis e utensílios								
Sistema de transmissão de conexão								
Edificações, obras civis e benfeitorias								
Máquinas e equipamentos								
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias								
Máquinas e equipamentos								
Veículos								
Móveis e utensílios								
Total do Imobilizado em serviço								
Ativos de direito de uso (Nota 17.1.1)								
Edificações, obras civis e benfeitorias								
Veículos								
Total Ativos de direito de uso								
Imobilizado em curso								
Geração								
Terrenos (Nota 24.1.1.1)								
Outros								
Administração								
Total do Imobilizado em curso								
Total do Imobilizado								

17.1.1 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2) descritos abaixo:

• **Edificações, obras civis e benfeitorias:** referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos: (i) ao escritório administrativo da controlada da Companhia localizado em Palmas; e (ii) à sede da Companhia e à filial da controlada localizadas em São Paulo.

• **Veículos:** refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

17.2 Movimentação do Imobilizado

	Controladora			
	Valor líquido em 31/12/2022	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2023	
Ativos de direito de uso				
Edificações, obras civis e benfeitorias	761	(72)	689	
Total do Imobilizado	761	(72)	689	

	Consolidado				
	Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos em 31/12/2022	Transferências em 31/12/2022	Depreciações em 31/12/2022	Reclassificações em 31/12/2022
Imobilizado em serviço					
Terrenos	117.759				117.759
Reservatórios, barragens e adutoras	418.973	1.199	(13.933)		406.239
Edificações, obras civis e benfeitorias	177.815	2.097	(7.521)		172.391
Máquinas e equipamentos	209.870	4.256	(14.267)		199.859
Veículos	397	379	(171)		605
Móveis e utensílios	1.347		(167)		1.180
Total do Imobilizado em serviço	926.161	-	7.931	(36.059)	898.033
Ativos de direito de uso					
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.260	236	(177)		1.319
Veículos	204		(51)		153
Total Ativos de direito de uso	1.464	236	-	(228)	1.472

	Consolidado				
	Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos em 31/12/2022	Transferências em 31/12/2022	Depreciações em 31/12/2022	Reclassificações em 31/12/2022
Imobilizado em curso					
Reservatórios, barragens e adutoras	1.199	(1.199)			
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.097	(2.097)			
Máquinas e equipamentos	12.288	1.628	(4.256)		8.882
Adiantamento a fornecedores					850
A ratear	400				(400)
Depósitos judiciais	24.1.1.1 e 17.2.2	13.138			(2.014)
Outros	17.2.3	610	796	(379)	(24)
Total do Imobilizado em curso	26.436	5.720	(7.931)	-	(352)
Total do Imobilizado	954.061	5.956	-	(36.287)	(352)

17.2.1 Ingressos

Os ingressos referem-se a investimentos para a construção de muro de arrimo no vertedouro, revisões nas rampas de acesso ao canal de fuga e à bacia de dissipação, aquisição de bombas de circulação de óleo, intercambiadores, substituição de juntores e aquisição de trocadores de calor.

17.2.2 Depósitos judiciais

A baixa refere-se à reversão de contingências de natureza cível conforme mencionado na nota 24.1.1.1.

17.2.3 Outros

Os ingressos referem-se a investimentos para a aquisição de relés de proteção para linha curta 230kV e sondas multiparámetros para monitoramento de água.

18 Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

18.1 Composição do Intangível

		Controladora								
		Taxas anuais médias de amortização %	31/12/2023 Custo Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	31/12/2022 Custo Amortização acumulada	Valor líquido			
Intangível em serviço		Nota								
Geração										
Direito de concessão - GSF		18.1.2	6,95	229.338	(42.154)	187.184	6,95	229.338	(26.224)	203.114
			0,00	229.338	(42.154)	187.184	0,00	229.338	(26.224)	203.114
Administração										
Software			20,00	325	(270)	55	20,00	285	(256)	29
Total do Intangível em serviço				229.663	(42.424)	187.239		229.663	(26.480)	203.143
Intangível em curso										
Administração				230		230		32		32
Total do Intangível em curso				230	-	230		32	-	32
Atividades não vinculadas à concessão										
Ação na incorporação de sociedade controladora		18.1.3	4,50	375.963	(280.092)	95.871	4,50	375.963	(266.182)	109.781
(-) Provisão para manutenção de dividendos		18.1.3.1	4,50	(375.963)	280.092	(95.871)	4,50	(375.963)	266.182	(109.781)
Total do Intangível				229.893	(42.424)	187.469		229.665	(26.480)	203.175

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

20 Debêntures
20.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Controladora e Consolidado							
										31/12/2023				31/12/2022			
										Encargos	Principal		Não	Encargos		Principal	
										Circulante	Circulante	circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	
Moeda Nacional																	
(-) Custos de emissão				(608)		21/06/2021 a 17/06/2024			Amortização mensal		(99)		(99)		(296)		(296)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160/22	150.000	1	150.000	5ª emissão em 21/06/2021	21/06/2021 a 17/06/2024	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 1,05% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral	2.689	150.000		152.689	901	150.000	150.901	
(-) Custos de emissão				(631)		05/05/2022 a 05/05/2025			Amortização mensal			(290)	(290)		(494)		(494)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160/22	200.000	1	200.000	6ª emissão em 05/05/2022	05/05/2022 a 05/05/2025	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 1,45% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral	1.749		200.000	201.749	4.327	200.000	204.327	
Total geral										4.438	149.901	199.710	354.049	5.228	349.210	354.438	

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financeira na demonstração de fluxo de caixa.

20.2 Movimentação das debêntures no exercício

	Controladora e Consolidado					Valor líquido em 31/12/2023
	Valor líquido em 31/12/2022	Juros provisionados	Amortização do custo de transação	Transferências	Pagamentos	
Circulante						
Debêntures						
Principal	-			150.000		150.000
Juros	5.228	49.017		(90)	(49.807)	4.438
Custo de transação	5.228	49.017	401	(500)	(49.807)	154.339
Não circulante						
Debêntures						
Principal	350.000			(150.000)		200.000
Custo de transação	(790)			500		(290)
	349.210	-	-	(149.500)	-	199.710

20.3 Vencimento das parcelas

Controladora e Consolidado	
Vencimento	
Circulante	
2024	154.339
	154.339
Não circulante	
2025	199.710
	199.710
	354.049

Total

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 160/22, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:

- Para todas as emissões:
 - (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada no período estipulado pela Escritura de Emissão;
 - (ii) descumprimento, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à remuneração, não sanadas no período estipulado;
 - (iii) pedido de aut falência, liquidação, dissolução ou decretação de falência;
 - (iv) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano;
 - (v) transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para qualquer outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
 - (vi) não destinação, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos da Cláusula 5 das escrituras e/ou utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão em atividades ilícitas e em desconformidade com as leis, regulamentos e normas relativas à proteção ao meio ambiente, ao direito do trabalho, segurança e saúde ocupacional, além de outras normas que lhe sejam aplicáveis em função de suas atividades;
 - (vii) rescisão, caducidade, encampação, intervenção, anulação, advento do termo final sem a devida prorrogação, ou qualquer outra forma de perda definitiva da Concessão; e
 - (viii) não observância, pela Companhia, do índice financeiro resultante da divisão Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 3,5 (três inteiros e cinco décimos).
- Especificas para a 5ª emissão:
 - (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Companhia no mercado de capitais, local ou internacional, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$75.000, (setenta e cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo vencimento antecipado;
 - (ii) protesto de títulos contra a Companhia, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo protesto, exceto se, no prazo de 10 (dez) dias contados da data de conhecimento de tal protesto pela Companhia, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que o protesto (a) foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo; (b) sustado e/ou cancelado; ou (c) tenha sua exigibilidade suspensa por medida judicial cabível;
 - (iii) intervenção ou interrupção das atividades da Companhia, por um período superior a 30 (trinta) Dias Úteis, (a) por revogação, suspensão ou extinção ou não renovação das autorizações, subvenções, alvarás ou licenças (excluindo as ambientais necessárias para o período de suas atividades); ou (b) em decorrência de arresto, sequestro, penhora ou qualquer outra medida judicial que implique perda da propriedade ou posse direta da totalidade ou parte substancial dos ativos da Companhia;
 - (iv) revelarem-se falsas, incorretas ou incompletas (nestes dois últimos casos, em seus aspectos relevantes), quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Companhia nesta Escritura de Emissão, incluindo, mas sem limitação àquelas relacionadas à Legislação Socioambiental e à Lei Anticorrupção, no momento em que foram prestadas;
 - (v) venda, cessão, locação ou alienação, pela Companhia, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, da totalidade ou parte relevante de seus ativos, exceto se, cumulativamente, (a) no curso normal de seus negócios; e (b) o montante envolvido não for superior a R\$75.000, de forma individual ou agregada, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores à respectiva venda, cessão, locação ou alienação, e (c) de forma que não afete substancial e adversamente a condição econômica e/ou financeira da Companhia;
 - (vi) inadimplemento, pela Companhia, de quaisquer obrigações pecuniárias, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior ao montante total de R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo inadimplemento; e
 - (vii) inadimplemento, pela Companhia, de sentença judicial, ou decisão administrativa, e/ou decisão arbitral contra a Companhia cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$75.000, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo inadimplemento, sem que esteja em curso eventual ajuntamento, pela Companhia, de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos da referida sentença judicial ou decisão administrativa, ou decisão arbitral.
- Especificas para a 6ª emissão:
 - (i) de capitais, local ou internacional, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$100.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo vencimento antecipado; ou
 - (ii) protesto de títulos contra a Companhia, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$100.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo protesto, exceto se, no prazo de 10 (dez) dias contados da data de conhecimento de tal protesto pela Companhia, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que o protesto (a) foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo; (b) sustado e/ou cancelado; ou (c) tenha sua exigibilidade suspensa por medida judicial cabível;
 - (iii) venda, cessão, locação ou alienação, pela Companhia, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, da totalidade ou parte relevante de seus ativos, exceto se, cumulativamente, (a) no curso normal de seus negócios; e (b) o montante envolvido não for superior a R\$100.000, de forma individual ou agregada, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores à respectiva venda, cessão, locação ou alienação, e (c) de forma que não afete substancial e adversamente a condição econômica e/ou financeira da Companhia;
 - (iv) inadimplemento, pela Companhia, de sentença judicial, ou decisão administrativa, e/ou decisão arbitral contra a Companhia cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$100.000, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo inadimplemento, sem que esteja em curso eventual ajuntamento, pela Companhia, de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos da referida sentença judicial ou decisão administrativa, ou decisão arbitral; e
 - (v) inadimplemento, pela Companhia, de quaisquer obrigações pecuniárias, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior ao montante total de R\$100.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo inadimplemento.

21 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

21.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

		Consolidado									
		31/12/2023				31/12/2022					
		Encargos		Principal		Encargos		Principal			
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		
Moeda nacional	Característica	Forma de pagamento	Total	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total		
	Ações recebíveis cumulativa	Contratos de Mútuo	Principal e juros com parcela única ao final do contrato	10.393	32.231	54.621	97.245	10.879	29.310	62.768	102.957
	Total			10.393	32.231	54.621	97.245	10.879	29.310	62.768	102.957

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Investco no montante original de R\$144.556, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos. O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$97.245 (R\$102.957 em 31 de dezembro de 2022) contempla o montante original e os juros até 2035 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Investco na data de avaliação das ações. Devido as suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Investco não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39.

21.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

	Consolidado					Valor líquido em 31/12/2023
	Valor líquido em 31/12/2022	Pagamentos	Juros provisionados (Notas 21.2.1 e 3.2)	Transferências	Ajuste a valor presente (Nota 3.2)	
Circulante						
Juros	10.879	(25.395)	20.574	4.335		10.393
	10.879	(25.395)	20.574	4.335		10.393
Não circulante						
Principal	62.768				(8.147)	54.621
Juros	29.310		11.691	(4.335)	(4.435)	32.231
	92.078	-	11.691	(4.335)	(12.582)	86.852

Acionistas não controladores (*)

21.2.1 Juros provisionados

Referem-se aos dividendos complementares destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A", "B" e "C", conforme descrito nos artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Investco, registrados em contrapartida da despesa financeira (Nota 28).

21.3 Vencimento das parcelas

Consolidado	
Circulante	
2024	10.393
	10.393
Não circulante	
2025	4.807
2026	5.280
2027	5.788
2028	6.337
2029 até 2033	64.640
	86.852
	97.245
Total	

22 Benefícios pós-emprego

A Companhia e a controlada mantêm atualmente plano de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores na modalidade de Contribuição definida e a controlada Investco mantêm plano de Assistência médica decorrente da Lei nº 9.656/98 na modalidade de benefício definido.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 110/22, a contabilização de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Investco contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial para o plano de Assistência médica, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado.

A Investco reconhece as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data das demonstrações financeiras individuais, é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no período em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no período em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo utilizado.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do período em que os serviços são prestados.

Consolidado			
Circulante		Não circulante	
31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
60	44	1.227	1.121
60	44	1.227	1.121

Assistência médica - Lei nº 9.656/98

22.1 Assistência médica Lei nº 9.656/98: Benefício definido

De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo de Assistência médica da Investco de abril de 2005 até dezembro de 2011 atendiam a essa condição.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2023 demonstrou uma obrigação presente para este plano do tipo benefício definido. Segue abaixo a movimentação das obrigações do plano de benefícios reconhecidos no passivo atualizados no exercício:

		Consolidado	
	Nota	Valor presente das obrigações do plano	
Saldos em 31 de dezembro de 2022			(1.165)
Custo do serviço corrente			(49)
Custo dos juros	28		(118)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL			59
Contribuições pagas pela Companhia			(14)
Saldos em 31 de dezembro de 2023			(1.287)

22.2 Contribuição definida

A Companhia, sua controlada e as demais empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil são patrocinadoras do Plano Energias do Brasil administrado pela Enerprev, o qual encontra-se aberto para adesão de novos participantes. Neste plano, o participante pode contribuir com o percentual fixo de 1% até 7% do salário de contribuição, no qual o percentual da contribuição das patrocinadoras em seu favor no referido plano também ocorrerá na mesma proporção, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia e as demais patrocinadoras. Os participantes poderão ainda participar com contribuições voluntárias mensais, que equivalem a um percentual de sua livre escolha aplicado sobre o seu salário de contribuição, ou anuais, por meio de um valor único a escolha do participante. Este tipo de contribuição é efetuada adicionalmente à contribuição básica, sem a proporcional contribuição das patrocinadoras.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia e a controlada contribuíram no exercício com R\$244 (R\$325 em 2022).

Esses planos em 31 de dezembro de 2023 tem a adesão de 58 colaboradores (47 em 31 de dezembro de 2022).

23 Uso do bem público - UBP

Trata-se de um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).

O valor justo total da obrigação relacionada com o UBP, até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 18) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representava o custo médio de capital da Investco na data da assinatura do contrato de concessão. Segue abaixo movimentação no exercício:

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2022	Ajuste a valor presente	Encargos e atualizações monetárias (Nota 27.1)	Pagamentos	Transferência
Circulante					
Uso do bem público	8.224	9	(235)	(8.321)	8.326
	8.224	9	(235)	(8.321)	8.326
Não circulante					
Uso do bem público	68.578	5.266	(2.631)		(8.326)
	68.578	5.266	(2.631)	-	(8.326)

24 Provisões

	Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Provisões cíveis e fiscais	24.1	1.519	479	9.346
Licenças ambientais	24.2		5.411	6.434
Total		1.519	479	5.411

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

24.1 Provisões cíveis e fiscais

A Companhia e sua controlada são partes em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio de assessores jurídicos.

24.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Controladora				Consolidado			
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Pagamentos	Reversão	Saldo em 31/12/2023	Adições	Pagamentos	Reversão
Fiscais	465	74	(84)		42	497		
Outros	14	1.416	(337)	(75)	4	1.022		
Total Não circulante	479	1.490	(421)	(75)	46	1.519		
Consolidado								
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo em 31/12/2023	Adições	Pagamentos	Reversões
	15.833	1.323	(10.088)	(574)	953	7.447		
Cíveis	465	74	(84)		42	497		
Fiscais	494	1.625	(538)	(183)	4	1.402		
Total Não circulante	16.792	3.022	(10.710)	(757)	999	9.346		

24.1.1.1 Cíveis

Ação Anulatória nº 0038123-79.2015.8.27.2729 - Ação proposta pela Investco visando anular o Auto de Infração Ambiental 122926/2014 instaurado pelo Naturatins, o Órgão Ambiental Competente. A Investco entrou com uma ação anulatória para contestar um Auto de Infração Ambiental emitido pela Naturatins por suposto descumprimento de medidas ordinárias. Inicialmente, o caso foi classificado como remoto devido à consistência das teses e argumentos da Investco. No entanto, após uma decisão do STJ que negou a providência do recurso, os assessores jurídicos atualizaram a classificação do risco para provável em 30 de junho de 2023. Naquela data, o caso era avaliado em R\$11.408. Em agosto do mesmo ano, a Invest

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

24.1.2.3 Risco de perda remota
Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais Consolidado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$968 (R\$1.254 em 31 de dezembro de 2022).

24.2 Licenças ambientais
Referem-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reforestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IPCA.

A Investco realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa implícita ao projeto de 8,5% a.a., e compreende o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

Em 22 de dezembro de 2014 foi emitida pelo Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins a renovação da Licença de Operação - LO nº 11.182/14, válida pelo período de 5 anos, a contar da data de emissão. Como condicionantes da LO, a Investco deverá dar continuidade a determinados PBAs relacionados às licenças anteriores.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Investco consultou seus assessores jurídicos que avaliaram que as medidas de natureza continuada previstas na licença sob prorrogação automática possuem validade prorrogada e que a legislação prevê prazos mínimo e máximo para a vigência da LO, portanto, a Investco entende que é possível considerar, para fins de provisionamento, as obrigações continuadas pelo prazo de mais 5 anos, previsto na Resolução CONAMA 237/97, por este motivo, em 31 de dezembro de 2023, foram adicionados R\$14.276 conforme demonstrado no quadro abaixo.

A Investco segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizada por órgãos e agências governamentais, a Investco investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Investco.

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	AVP
Circulante	6.434	3.698	(7.602)	360	2.077	444
Não circulante	1.991	10.578	-	86	(2.077)	-
Total	8.425	14.276	(7.602)	446	-	444

25 Patrimônio líquido

25.1 Capital social

O Capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é de R\$6.868.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

A composição do Capital social em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, está demonstrada a seguir:

	Quantidade de ações "ON"		% Participação		Quantidade de ações "PNA"		% Participação		Quantidade de ações "PNB"		% Participação		Total	
EDP - Energias do Brasil	113.690.037	100,00%											113.690.037	55,86%
Governo do Estado de Tocantins									8.278.231	100,00%			8.278.231	4,07%
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras					81.549.616	100,00%							81.549.616	40,07%
Outros	4	0,00%			4	0,00%							8	0,00%
Total	113.690.041	100,00%			81.549.620	100,00%			8.278.231	100,00%			203.517.892	100,00%

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

25.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada período será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
 - (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e
 - (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.
- Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Lucro a ser destinado			
Lucro líquido apurado no exercício		348.890	310.826
		348.890	310.826

Destinação do lucro

Dividendos intermediários - JSCP	11	33.985	32.583
Dividendos complementares	11	115.963	144.025
Partes beneficiárias	25.3.1	34.889	31.082
Lucro do exercício a deliberar	25.3	164.053	103.136
		348.890	310.826
Dividendos por ação PNA - JSCP		0,10481	0,10481
Dividendos por ação PNB - JSCP		0,11738	0,11738
Dividendos por ação ON - JSCP		0,11738	0,11738
Dividendos intermediários PNA		0,37426	0,37426
Dividendos intermediários PNB		0,52046	0,52046
Dividendos intermediários ON		0,52046	0,52046

De acordo com o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais classes "A" e "B" têm as seguintes vantagens:

- (i) As ações preferenciais classe "A" gozam do direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial classe "A", 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária; e
- (ii) As ações preferenciais classe "B" gozam do direito de:
 - prioridade no recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, no valor de R\$748; e
 - recebimento de dividendo adicional, quando e no montante que o dividendo pago às ações ordinárias exceder o mínimo garantido às ações preferencias classe "B", calculado por ação, sendo que o pagamento dos dividendos das ações preferenciais classe "B" é subordinado ao pagamento das ações preferenciais classe "A".

O Acordo de Acionistas celebrado com a Eletrobras prevê: (i) distribuição integral dos lucros apurados na forma de dividendos e/ou Juros Sobre o Capital Próprio; e (ii) garantia de rendimento à Eletrobras equivalente a 49,67% do lucro de cada período, composto pelos dividendos das ações preferenciais, das partes beneficiárias e reservas constituídas, exceto a de investimentos.

25.3 Reservas

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Reservas de capital			
Partes beneficiárias	25.3.1	451.376	451.376
Ágio na incorporação de sociedade controladora	25.3.2	127.827	127.827
		579.203	579.203
Reservas de lucros			
Legal		1.372	1.372
Lucro do exercício a deliberar	25.3.3		103.136
Total		1.372	104.508
		580.575	683.711

25.3.1 Partes beneficiárias

A Companhia, em AGE de 15 de fevereiro de 2006, aprovou a alteração no Estatuto, criando: (i) 53.210.337 ações preferenciais nominativas não conversíveis, sem direito a voto e que terão direito ao recebimento de dividendos 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária; e (ii) 10.000 partes beneficiárias, sem valor nominal, negociáveis e estranhas ao Capital social, conferindo aos seus titulares direito de crédito eventual contra a Companhia, no montante equivalente a 10% do lucro anual apurado pela Companhia, observado o disposto na Lei nº 6.404/76.

Estas ações, bem como as partes beneficiárias, foram integralmente subscritas e adquiridas, naquela data, pela Eletrobras.

O prazo de duração das partes beneficiárias é até 31 de outubro de 2032, quando serão, caso não tenham sido resgatadas, automaticamente convertidas em ações preferenciais Classe "A" (Artigo 14 do Estatuto) correspondente a 5,084% do total das ações emitidas pela Companhia (Artigo 14, Parágrafos 1º e 2º do Estatuto). O resgate pode ocorrer a qualquer tempo por deliberação da Companhia até o término do prazo de duração das partes beneficiárias. O instrumento denominado partes beneficiárias cumpre com os itens 16C e 16D do CPC 39, e como tal, é classificado como um instrumento patrimonial. Além do exposto, o item AG26 do CPC 39 descreve que, quando as distribuições aos acionistas das ações preferenciais, cumulativas ou não, ocorre de acordo com o critério do emissor, as ações são instrumentos patrimoniais.

Assim, consideramos que ações ordinárias, ações preferenciais e partes beneficiárias devem ser classificadas como o mesmo tipo de instrumento, ou seja, patrimonial, pois possuem basicamente as mesmas características.

Durante a análise do CPC 48, no item 35, a Administração da Companhia entendeu que a distribuição deste instrumento patrimonial deve ser registrada diretamente no Patrimônio Líquido.

25.3.2 Ágio na incorporação de sociedade controladora

O valor do acervo líquido incorporado pela Companhia, no montante de R\$127.827, foi integralmente destinado à Reserva Especial de Ágio na Incorporação, registrado no Patrimônio líquido da Companhia na forma do disposto no artigo 6º da Instrução CVM nº 319/99, sem alteração, do montante do capital subscrito e integralizado (Nota 18.1.3.1).

25.3.3 Lucro do exercício a deliberar

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICP 08 (R1) e pode ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital. O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$103.136 foi distribuído como dividendos (Nota 11) conforme deliberação da AGO realizada em 28 de abril de 2023.

25.4 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, na controlada Investco, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no período é a seguinte:

	Controladora		
	Saldo em 31/12/2022	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2023
Ganhos e (Perdas) atuariais: Benefícios pós-emprego da controlada	470	28	498
	470	28	498

26 Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia e sua controlada, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia e sua controlada são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia e sua controlada reconhecem sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia e sua controlada poderão vender a energia produzida na UHE Lajeado em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.
- **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.
- **Arrendamentos e aluguéis:** A receita de arrendamento é medida pelo valor justo da contraprestação a receber e reconhecida em base mensal conforme os contratos de arrendamento.

	Controladora				Consolidado			
	MWh		R\$		MWh		R\$	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Suprimento de energia elétrica	26.1	2.919.800	3.110.011	799.735	804.800	2.954.487	3.144.837	810.978
Energia de curto prazo	26.2	14.732	32.710	8.733	11.951	18.383	35.836	9.050
Arrendamentos e aluguéis							55.113	62.608
Outras receitas operacionais							43.352	38.986
Receita operacional bruta	2.934.532	3.142.721	850.830	854.843	2.972.870	3.180.673	918.493	929.459
(-) Deduções à receita operacional								
Tributos sobre a receita								
PIS/COFINS				(78.707)	(79.073)		(84.967)	(85.975)
P&D				(7.091)	(6.972)		(7.203)	(7.059)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH				(14.671)	(16.611)		(14.874)	(16.841)
Outros encargos				(2.472)	(2.229)		(2.506)	(2.259)
	-	-	(102.941)	(104.885)	-	-	(109.550)	(112.134)
Receitas	2.934.532	3.142.721	747.889	749.958	2.972.870	3.180.673	808.943	817.325

26.1 Suprimento de energia elétrica

A variação no exercício é decorrente da diminuição do volume de energia vendida, ocasionando assim, em uma diminuição financeira dos contratos de suprimento de energia elétrica.

26.2 Energia de curto prazo

A variação no exercício refere-se, principalmente, às sobras de energia comercializadas junto à CCEE em 2023 quando comparado ao mesmo período de 2022, que foram impactadas entre outros motivos, pela Revisão Ordinária de Garantia Física 2022/2023 (Portaria GM/MME nº 709/2022), a qual reduziu a garantia física de Lajeado em 5% desde janeiro de 2023.

27 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia e sua controlada classificam seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados à operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia e da controlada representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
	Custo do serviço		Despesas Operacionais	
	Com energia	Gerais e		
	elétrica	administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	27.1	25.925		25.925
Encargos de uso da rede elétrica		65.135		65.135
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	27.2		2.771	3.167
Material		2	(24)	(22)
Serviços de terceiros	27.3	46	1.774	1.820
Depreciação - Ativos de direito de uso		72		72
Amortização			44.666	44.666
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	27.4		1.415	1.415
Arrendamentos e aluguéis		135.127		135.127
Outras		2	(59)	306
Total	91.331	135.645	49.279	277.611

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
	Custo do serviço		Despesas Operacionais	
	Com energia	Gerais e		
	elétrica	administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	27.1	75.399		75.399
Encargos de uso da rede elétrica		58.629		58.629
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	27.2		1.985	2.873
Material		888	13	13
Serviços de terceiros	27.3	115	1.083	1.198
Depreciação - Ativos de direito de uso		74		74
Amortização			44.661	44.661
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	27.4		3	3
Arrendamentos e aluguéis		153.595		153.633
Outras		294	105	399
Total	134.322	154.598	47.959	336.882

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
	Custo do serviço		Despesas Operacionais	
	Com energia	Gerais e		
	elétrica	administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	27.1	26.074		26.074
Encargos de uso da rede elétrica		66.037		66.037
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	27.2		6.252	21.589
Material		15.337	(24)	87
Serviços de terceiros	27.3	7.410	6.829	14.239
Depreciação - Ativos de direito de uso		35.787		35.787
Amortização		222		222
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	27.4	4.337	45.081	49.418
Arrendamentos e aluguéis			4.279	4.279
Outras		248	(6)	248
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens			(59)	(6)
Outras		275	1.025	1.519
Total	92.386	63.730	59.163	219.493

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
	Custo do serviço		Despesas Operacionais	
	Com energia	Gerais e		
	elétrica	administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	27.1	75.463		75.463
Encargos de uso da rede elétrica		59.440		59.440
Recuperação de custo com GSF - Direito de Concessão		(3.269)		(3.269)
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	27.2	14.733	6.455	21.188
Material		1.017	13	1.030
Serviços de terceiros	27.3	7.751	5.026	12.777
Depreciação - Imobilizado em serviço		35.174	111	35.285
Depreciação - Ativos de direito de uso			258	258
Amortização		5.438	44.950	50.388
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	27.4		33	33
Arrendamentos e aluguéis		83	153	236
Outras		298	337	1.924
Total	131.932	64.533	58.255	254.753

27.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Nota	2023	2022	2023	2022
--	------	------	------	------	------

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	503.862	445.262	563.391	506.185
Alíquota IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
	(171.313)	(151.389)	(191.552)	(172.103)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes Doações			(81)	(77)
Perdas indedutíveis			(7)	
Resultados de equivalência patrimonial	22.639	27.391		
Juros sobre o capital próprio	136	(868)	19.813	19.731
Juros sobre as ações preferenciais	2.673		(9.047)	(3.698)
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	(9.766)	(9.766)	(9.766)	(9.765)
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores		203		203
Outras	(5)	(7)	102	146
Despesa de IRPJ e CSLL	(154.972)	(134.436)	(190.538)	(165.563)
Alíquota efetiva	30,76%	30,19%	33,82%	32,71%

30 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

A Companhia e sua controlada não operaram com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado “básico” por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado “diluído” por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado “básico e diluído” por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas das ações:		
Ordinárias (ON)	163.680	145.822
Preferenciais Classe “A” (PNA)	173.292	154.386
Preferenciais Classe “B” (PNB)	11.918	10.618
	348.890	310.826
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)		
Ordinárias (ON)	113.690	113.689
Preferenciais Classe “A” (PNA)	81.550	81.550
Preferenciais Classe “B” (PNB)	8.278	8.278
	203.518	203.517
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)		
Ordinárias (ON)	1,43971	1,28264
Preferenciais Classe “A” (PNA)	2,12498	1,89315
Preferenciais Classe “B” (PNB)	1,43971	1,28264

Segue abaixo a conciliação do Resultado líquido do período atribuível aos acionistas, conforme requerido pelo CPC 41:

	Resultado por classe de ações (sem ajustes)	Ajustes	Resultado por classe de ações
2022			
Ordinárias (ON)	173.635	(27.813)	145.822
Preferenciais Classe “A” (PNA)	124.548	29.838	154.386
Preferenciais Classe “B” (PNB)	12.643	(2.025)	10.618
	310.826	-	310.826
2023			
Ordinárias (ON)	194.898	(31.218)	163.680
Preferenciais Classe “A” (PNA)	139.801	33.491	173.292
Preferenciais Classe “B” (PNB)	14.191	(2.273)	11.918
	348.890	-	348.890

31 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia e sua controlada não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

31.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

31.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia e de sua controlada:

	Nota	Níveis	Controladora	
			Valor justo	Valor contábil
			31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
No reconhecimento inicial ou subsequentemente				
Caixa e equivalentes de caixa	4			
Aplicações financeiras		Nível 2	184.247	92.297
			184.247	92.297
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	4			
Bancos conta movimento		Nível 2	1.124	1.613
Títulos a receber	6	Nível 2	8.384	8.384
Concessionárias	5	Nível 2	75.864	74.115
			85.372	84.604
			269.619	176.901
Passivos Financeiros				
Custo amortizado				
Fornecedores	19	Nível 2	22.253	28.166
Debêntures	20	Nível 2	355.451	355.495
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	10	Nível 2	432	432
Arrendamentos e aluguéis		Nível 2	780	958
			378.484	385.051
			377.094	383.972
	Nota	Níveis	Controladora	
			Valor justo	Valor contábil
			31/12/2023	31/12/2022
Ativos Financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
No reconhecimento inicial ou subsequentemente				
Caixa e equivalentes de caixa	4			
Aplicações financeiras		Nível 2	440.632	326.107
			440.632	326.107
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	4			
Bancos conta movimento		Nível 2	2.741	23.547
Títulos a receber				
Concessionárias	5	Nível 2	76.793	75.232
Rendas a receber	7	Nível 2	3.402	5.217
			82.936	103.996
			523.568	430.103
Passivos Financeiros				
Custo amortizado				
Fornecedores	19	Nível 2	12.733	20.146
Debêntures	20	Nível 2	355.451	355.495
Uso do bem público	23	Nível 2	63.257	71.042
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	21			
Moeda nacional		Nível 2	89.683	100.960
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	10	Nível 2	286	921
Licenças ambientais	24.2	Nível 2	18.566	10.586
Arrendamentos e aluguéis		Nível 2	1.869	1.895
			541.845	561.103
			553.087	565.575

31.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia e sua controlada avaliam os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia e a controlada, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia e a controlada, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia e a controlada possuem um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia e a controlada desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

31.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia e sua controlada também poderão classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração.

31.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia e sua controlada projetam os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia, da controlada e da contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia e de sua controlada que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado de uso do bem público, arrendamentos e aluguéis e licenças ambientais difere do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Debêntures: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito;

(ii) Empréstimos e financiamentos: consiste nas ações preferenciais de classe “A”, “B” e “C” da Investco mensuradas pelo seu valor de custo acrescidas dos dividendos anuais fixos, acrescidas de eventuais complementos, e descontadas a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil;

(iii) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil;

(iv) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições

contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados; e

(v) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

31.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia e da controlada. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que não observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e de sua controlada, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

31.2 Gestão de riscos

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota normativos de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, que define a taxonomia de riscos (“Taxonomia”) e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e no Procedimento de Riscos Corporativos. A Política foi atualizada em 2021, enquanto a Norma e Procedimento foram atualizados em 2023, aprovados pelos devidos órgãos competentes e possuem revisão e atualização periódica pré-definida em normativo específico. Importante destacar que o processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e Norma ABNT NBR ISO 31.000:2018 (Gestão de Riscos).

Ainda, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e Compliance, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão de Riscos, contempla a Diretoria de Riscos e Eficiência.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela Diretoria de Riscos e Eficiência e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados donos dos riscos. A Diretoria de Riscos e Eficiência realiza o gerenciamento integrado dos riscos e oportunidades aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de Governança, Riscos e Compliance (“GRC”), auxilia na identificação, classificação, avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos. Este gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Companhia sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria Executiva, que toma as providências que julgar cabíveis. Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente.

O monitoramento da gestão de riscos desenvolvido nas áreas corporativas e unidades de negócio garante aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agrega valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios da Companhia. Em alinhamento a essa condução da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governança, com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Riscos e Eficiência, com a participação dos executivos locais e a gestão de riscos Global (EDP - Energias de Portugal S.A.).

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificar, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz Corporativa de Riscos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo corrente que permitem gerar visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma colegiada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro pilares: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro e (4) Operacional, e desdobrados em 56 categorias.

31.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. As Debêntures captadas pela Companhia apresentadas na nota 20, possuem com contraparte os agentes fiduciários Pentágon S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia e sua controlada possuem um risco de mercado associado ao CDI.

Deve-se considerar que a Companhia e sua controlada estão expostas à oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia e sua controlada não possuem exposições à variação cambial e juros atrelados a dívidas em moeda estrangeira.

31.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e de sua controlada em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia e sua controlada, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia e sua controlada, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas através de consultorias especializadas, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

	Operação	Risco	Aging cenário provável					Consolidado				
			Saldo da exposição	Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%		
Aplicação financeira - CDB	CDI		184.247	13.221	13.221	3.262	6.509	(3.279)	(6.575)			
Instrumentos financeiros ativos	CDI		184.247	13.221	-	13.221	3.262	6.509	(3.279)	(6.575)		
Debêntures	CDI		(354.438)	(30.582)	(6.782)	(37.364)	(7.683)	(15.458)	8.160	16.237		
Instrumentos financeiros passivos	CDI		(354.438)	(30.582)	(6.782)	(37.364)	(7.683)	(15.458)	8.160	16.237		
			(170.191)	(17.361)	(6.782)	(24.143)	(4.421)	(8.949)	4.881	9.662		
	Operação	Risco	Aging cenário provável					Consolidado				
			Saldo da exposição	Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%		
Aplicação financeira - CDB	CDI		440.632	28.993	28.993	7.135	14.228	(7.179)	(14.403)			
Instrumentos financeiros ativos	CDI		440.632	28.993	-	28.993	7.135	14.228	(7.179)	(14.403)		
Debêntures	CDI		(354.438)	(30.582)	(6.782)	(37.364)	(7.683)	(15.458)	8.160	16.237		
Instrumentos financeiros passivos	CDI		(354.438)	(30.582)	(6.782)	(37.364)	(7.683)	(15.458)	8.160	16.237		
			86.194	(1.589)	(6.782)	(8.371)	(548)	(1.230)	981	1.834		

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração. O CDI apresentou seu intervalo entre 8,0% e 11,7% a.a.

31.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e de sua controlada em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira para cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e debêntures captados pela Companhia e sua controlada são apresentados nas notas 20 e 21.

A Administração da Companhia e de sua controlada somente utilizam linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia e da sua controlada são demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4), sendo o Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; e (ii) Concessionárias (Nota 5) cujos saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos à rubrica de Debêntures referem-se a juros futuros que, consequentemente, não

